

## O Brasil na Grande Guerra

Armando Alexandre dos Santos

No corrente ano de 2017 comemora-se o primeiro centenário da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Essa Guerra, que aterrou a Europa e o mundo de 1914 até 1918, foi denominada, por toda uma geração, como a *Grande Guerra*. Tão prolongada, monstruosa e apavorante tinha sido, que não poucos otimistas a consideraram “a última das guerras”, por acharem, no seu cômico *wishful thinking*, que constituíra vacina suficiente para que nunca mais o gênero humano ousasse lançar-se em aventuras bélicas. O francês Aristide Briand (1862-1932), que tinha sido presidente do Conselho de Ministros do Governo francês durante o conflito, levou a ingenuidade a ponto de promover, na década de 1920, uma campanha mundial de propaganda, para que todos os países inserissem, na letra das respectivas constituições, um artigo proibitivo das guerras. Briand chegou a conseguir, ao cabo de vários anos de tratativas diplomáticas, que 63 países firmassem em 1928 um pacto – gizado por ele e pelo secretário de estado norte-americano, Frank Kellogg (1856-1937) – conhecido como Pacto Briand-Kellogg, ou Pacto de Paris, condenando o recurso à guerra como meio de resolução de pendências internacionais e renunciando formalmente a servir-se dele. Entre os signatários desse pacto estavam Itália, Alemanha, Japão, Inglaterra e Estados Unidos, países que, pouco mais de 10 anos depois, se envolveriam assanhadamente na Segunda Guerra Mundial. O projeto pacifista de Briand e Kellogg parecia, no clima psicológico dos anos 20, não só generoso, mas francamente admissível e realizável, de modo que os dois políticos foram tomados a sério e chegaram a ser premiados com o Nobel da Paz, o francês em 1926 e o norte-americano em 1929. Seu sonho utópico, obviamente, foi rapidamente esquecido e o mundo se precipitou, como se sabe, rumo a outro conflito mundial – o de 1939 a 1945 – que a todos fez parecer pequenina a guerra anterior que se pretendia a *Grande Guerra*, e que passou a ser denominada, a partir daí, mais modestamente como “Primeira Guerra Mundial”.

A participação do Brasil na Primeira Guerra foi real, embora esteja hoje quase completamente esquecida na memória coletiva dos brasileiros – a mesma memória que conserva lembranças vivas da Segunda Guerra Mundial e até, surpreendentemente, da Guerra do Paraguai, ocorrida muito antes, de 1864 a 1870. Explica-se. A Guerra do Paraguai marcou nosso povo de modo incomparavelmente mais profundo. Foi o Maior e mais prolongado conflito externo em que se envolveu o Brasil depois da Independência. Seus principais lances ficaram gravados nas páginas da História, foram estudados nos livros escolares, foram – e continuam sendo – transmitidos de geração em geração pelas nossas Forças Armadas. Mesmo entre a população civil, as recordações dos antigos combatentes do Paraguai continuaram sendo transmitidas por seus descendentes. As designações de numerosos logradouros públicos, em cidades de todo o Brasil, também perpetuam a recordação de heróis e episódios da campanha do Paraguai. E por vezes essa recordação se dá de modos inusitados... O jornalista francês Gilles Lapouge recorda, a propósito, um pequeno fato muito curioso. Quando jovem, na década de 1950, residiu em São Paulo na rua Barão de Tatuí, vizinho de uma casa na qual havia um papagaio que, todas as manhãs, proferia insultos e imprecações em castelhano e imitava sons de bombas explodindo. Esse papagaio, conforme lhe contaram, havia sido trazido do Paraguai mais de 80 anos antes, por um voluntário brasileiro que o encontrara entre prisioneiros e feridos

inimigos. O papagaio havia aprendido a “falar” durante os combates e em meio ao tiroteio, ouvindo os paraguaios insultarem os brasileiros. Quase um século depois, ainda perpetuava daquela forma a lembrança dos combates presenciados na juventude<sup>1</sup>... Outro exemplo curioso: a cidade em que resido, Piracicaba, situada no interior do Estado de São Paulo, é cortada por um caudaloso rio de mesmo nome. Na margem esquerda do rio situa-se a parte mais antiga da cidade, fundada em meados do século XVIII; na margem direita, durante muito tempo apenas havia propriedades rurais, mas há cerca de 100 anos se estabeleceu um bairro popular, habitado inicialmente por imigrantes de origem italiana; mais tarde, esse bairro cresceu, tomou importância e, em redor dele numerosos outros bairros se constituíram. O rio, que inicialmente marcava o limite extremo da área urbana da cidade e depois passou a demarcar certa diferenciação sócio-econômica entre os moradores de ambas as margens, hoje apenas corta a cidade ao meio. O curioso é que, entre os mais antigos moradores da cidade, havia o costume de designar a outra banda do rio como “Paraguai”: na margem esquerda, moravam os “jequitibás”, ou seja, os que tinham raízes sólidas na terra à maneira das gigantescas árvores brasileiras designadas pelo nome tupi de jequitibás, paulistas antigos e geralmente mais ricos e poderosos que os imigrantes; na margem direita, residiam os ádvenas, chamados de “paraguaios”...

Também a participação do Brasil na Segunda Guerra ainda é bem lembrada no Brasil, e isso se explica facilmente. Em primeiro lugar, pela proximidade temporal; depois, pelo impacto muito grande que produziu no Brasil a participação heroica da FEB; tudo isso acrescido ao fato de a propaganda do Estado Novo lhe ter dado grande destaque, até 1945, e, depois disso, se ter mantido longamente a celebração do feito.

Entre esses dois grandes conflitos externos em que o Brasil atuou de modo tão visível, situa-se a Primeira Guerra, na qual a atuação brasileira foi bem mais discreta, explicando-se assim o relativo esquecimento, por parte do nosso público. O fato de nos meses finais da Guerra e nos primeiros do pós-Guerra ter ocorrido a terrível pandemia da chamada Gripe Espanhola, de 1918-1919, que foi extremamente mortal no Brasil todo, contribuiu também para que a participação brasileira nas operações bélicas parecesse, aos olhos da população, um episódio menor.<sup>2</sup>

Praticamente só se encontram registros muito de passagem sobre essas operações nas obras de referência geral, de História do Brasil, e até mesmo de História Militar do Brasil.

Hernâni Donato, no clássico e bem documentado *Dicionário das Batalhas Brasileiras*<sup>3</sup>, consagrou apenas 22 linhas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. E a monumental *História do Exército Brasileiro*, editada em 1972 pelo Estado Maior do Exército, em três volumes que totalizam 1163 páginas, dedicou apenas um curto

<sup>1</sup> Cfr. *En étrange pays*. Paris: Éd. Albin Michel, 2003, p. 108-110.

<sup>2</sup> Segundo o *Atlas Histórico da Fundação Getúlio Vargas* (<http://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> - acesso a 17/1/2017), cerca de metade da população mundial foi direta ou indiretamente atingida pela pandemia, que ceifou um número de vidas estimado entre 20 e 40 milhões de pessoas, bem mais, portanto, do que os 10 a 15 milhões vitimados pela Primeira Guerra Mundial. No Brasil, foram registrados mais de 35 mil óbitos, sendo 1/3 deles (12.700 pessoas) no Rio de Janeiro. Em São Paulo, que então possuía uma população de menos de 500 mil habitantes, morreram 5.328 pessoas. Em Porto Alegre, com 140 mil habitantes, os mortos foram 1.316. No Recife, que possuía 218 mil habitantes, ocorreram, só no mês de Outubro de 1918, 1.250 óbitos. Esses números de mortos, já de si muito elevados, exprimem apenas uma pequeníssima parcela dos atingidos pelo morbo. A Parca ceifou vítimas em todas as classes sociais, desde as mais humildes até o presidente da República, Rodrigues Alves, que não pôde tomar posse em 15 de Novembro de 1918 e faleceu nos primeiros dias de 1919.

<sup>3</sup> Op. cit. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Ibrasa, 2001, p. 152-153.

capítulo de 5 páginas<sup>4</sup> ao assunto, o qual foi de todo omitido na *Introdução à história militar brasileira*, de Durland Puppim de Faria (org.), obra de reconhecido mérito que serve, na Academia Militar das Agulhas Negras-AMAN, como livro de texto sobre História Militar brasileira<sup>5</sup>.

De um modo geral, pois, a bibliografia brasileira se omitiu no passado quase completamente a respeito da participação de nosso país na Primeira Guerra. O advérbio “quase” é devido a uma exceção que merece registro: o livro do Prof. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1989 – infelizmente esgotado e a merecer urgente reedição<sup>6</sup>.

A partir de 2014, ano centenário do início do conflito, numerosas publicações vêm sendo lançadas em toda a Europa e nos Estados Unidos, com análises novas sobre os pródromos da Primeira Guerra Mundial, sobre o desenvolvimento que teve e as respectivas consequências. Igualmente foram relançadas edições de obras clássicas, de há muito esgotadas, possibilitando novas interpretações e renovando antigos debates. Vale lembrar, a propósito, a grande produção memorialística de personagens Maiores ou menores, protagonistas ou meros coadjuvantes do conflito, que deixaram depoimentos que, à luz da perspectiva histórica, adquirem novo interesse quase um século depois de escritas e publicadas. Na França, especialmente, são inúmeras as obras desse gênero, mas também na Alemanha e na Inglaterra elas são encontráveis em grande número.

No Brasil, o interesse pela Primeira Guerra Mundial, reativado pela lembrança do seu centenário, motivou o lançamento de um número considerável de livros estrangeiros, traduzidos e publicados por editoras brasileiras já desde os anos anteriores ao centenário de sua deflagração<sup>7</sup>. Vários desses livros são de real valor e constituem leitura obrigatória para os estudiosos do assunto. Bem pouco numerosos, entretanto, estão sendo, até agora, os livros escritos por brasileiros que realmente aportem novas visões e interpretações da Guerra. Quase exclusivamente têm saído obras de mera divulgação, não fruto de pesquisas e estudos aprofundados, mas somente compilações e resumos de obras europeias ou americanas, produzidas um tanto açodadamente e apenas para atender a encomendas de editoras interessadas em aproveitar a oportunidade do centenário.

Uma exceção a essa pobreza editorial brasileira foi representada pela publicação, em 2014, de *O Brasil na I Guerra Mundial*, do historiador militar Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis<sup>8</sup>, que optou por fazer uma abordagem estritamente cronológica do

<sup>4</sup> Op. cit., vol. III, p. 819-823.

<sup>5</sup> Op. cit. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, 392 p. – A Academia Militar das Agulhas Negras, instalada em 1944 na cidade fluminense de Resende (inicialmente com a designação de Escola Militar de Resende), é há mais de meio século a única instituição de ensino superior que forma os oficiais do Exército Brasileiro. Embora com várias mudanças de nome e de local, é a continuadora direta da Real Academia Militar do Rio de Janeiro, criada em 1810 pelo Príncipe-Regente D. João.

<sup>6</sup> Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (A diplomacia brasileira e as grandes potências)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, 259p.

<sup>7</sup> Entre outros, Keegan, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 493p.; Arhur, Max. *Voices esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX*. Tradução de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 397 p.; Sondhaus, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013, 547 p.; MacMillan, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial... que acabaria com as guerras*. Tradução de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo Livros, 2014, 728p.; Ferguson, Niall. *O horror da guerra: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2014, 768 p.; Stevenson, David. *1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Valter Lellis. Barueri-SP: Novo Século Editora, 2016, 4 vols., total de 1076 p.

<sup>8</sup> Gramado-RS: Clássica, 2014, 168p.

assunto, relatando os acontecimentos no seu dia-a-dia. É obra de utilidade para consulta e referência para estudiosos do conflito.

Outra exceção digna de especial menção foi a do recente lançamento do livro *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia* (São Paulo: Editora Contexto, 2016, 208 p.) Seu autor é Carlos Roberto Carvalho Daróz, coronel do Exército Brasileiro, professor de História Militar em instituições de ensino das Forças Armadas e meu colega como docente no programa de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina<sup>9</sup>. É livro baseado na revisão da bibliografia brasileira, inglesa e norte-americana sobre a Guerra, e também em pesquisa nas coleções de jornais e revistas da época, e na documentação disponível em arquivos e museus públicos ou privados, civis e militares, no Brasil e também no exterior. Daróz se filia, como eu, à Nova História Militar<sup>10</sup>, corrente historiográfica que estuda a História Militar numa perspectiva ampla, que não se limita – como era comum entre os militares historiadores do passado – a focalizar a atenção quase exclusivamente nas batalhas, mas estuda o fenômeno guerra inserido num contexto pluridisciplinar que engloba aspectos políticos, diplomáticos, culturais, geográficos, econômicos, culturais etc.

Qual foi o comportamento do Brasil em relação à Primeira Guerra Mundial? Há que distinguir o comportamento oficial do Brasil, enquanto nação politicamente organizada, do comportamento de brasileiros ilustres e representativos da nacionalidade, se bem que a título individual e não oficialmente.

O comportamento oficial do Brasil foi, desde o início do conflito até 1917, de neutralidade. Em 1917, devido a circunstâncias de que tratarei logo mais, o Brasil chegou à contingência de ter que declarar guerra ao Império da Alemanha e desde então se viu envolvido diretamente nas operações bélicas. Muito antes da tomada de posição contra a Alemanha, entretanto, já numerosos brasileiros se haviam engajado, como voluntários, nas fileiras do exército francês ou do inglês. Foi uma participação privada, não oficial, mas efetiva. Dela tratarei também logo mais.

Consideremos inicialmente a posição oficial do Brasil.

Foi, como disse, de neutralidade, o que é facilmente explicável diante das circunstâncias. Na verdade, quando rebentou a guerra, ninguém podia supor que ela teria a duração e a gravidade que teve, menos ainda que produziria as consequências que produziu. O fatídico atentado de Sarajevo, no dia 28 de Junho de 1914, quando foram assassinados o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro das coroas da Áustria e Hungria, e sua esposa a Duquesa Sofia de Hohenberg, não parecia de início suficiente para precipitar uma guerra; não era o primeiro atentado do gênero, numa época em que assassinar soberanos, príncipes ou chefes de Estado se havia tornado quase um modismo<sup>11</sup>; mas o fato é que nas semanas seguintes se azedaram as relações internacionais e a Europa, articulada que estava num sistema de alianças ofensivas e defensivas, rapidamente se viu

<sup>9</sup> Já tive ocasião de comentar outra obra do mesmo autor, sobre a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. Ver: Santos, A. A. dos. *Resenha do livro 'A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil', de Carlos Roberto Carvalho Daróz*. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, v. 468, p. 283-287, 2015.

<sup>10</sup> Sobre a linha teórica da Nova História Militar, ver *Novas dimensões da História Militar* – antologia organizada por Russell F. Weigley, tradução do General Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2 volumes, 1981, total de 465 p. Ver também Parente, Paulo André Leira. *A construção de uma nova história militar*, em “Revista Brasileira de História Militar”, Rio de Janeiro, n. 1, Dezembro de 2009.

<sup>11</sup> Cfr. Santos, A. A. dos. *O terrorismo no tempo dos nossos avós*. “Notícia Bibliográfica e Histórica” (PUCCAMP), v. 191, p. 423-427, 2003.

envolvida numa guerra de proporções inauditas. Ora, o Brasil não tinha nenhuma necessidade nem de tomar posição por qualquer um dos lados, nem tal lhe convinha, já que, no momento em que eclodiu o conflito seus dois Maiores parceiros no comércio internacional eram a Inglaterra e a Alemanha – o que recomendava uma prudente posição de neutralidade. Acresce que a própria opinião pública brasileira estava dividida entre simpatizantes dos dois lados em conflito, especialmente na imprensa<sup>12</sup> e na intelectualidade, mas também nas colônias de origem alemã ou italiana, muito numerosas no Brasil e, no conflito de 1914-18, colocadas em campos opostos<sup>13</sup>.

Por isso, o Brasil declarou-se oficialmente neutro e acolheu em seus portos 44 navios alemães e dois austríacos, que preferiram ficar em nossos portos a correr os riscos de retornar à Europa num contexto de guerra. E continuou a comerciar com os dois adversários, precisamente como o faziam os Estados Unidos da América.

Ficou célebre, no início do conflito, a frase que o Imperador Guilherme II, da Alemanha, dirigiu a suas tropas quando estas partiram para a guerra: “*Vós estareis de volta a vossos lares antes que as folhas das árvores caiam*”. Estava-se em pleno verão. As folhas cairiam na estação seguinte, o outono. Antes disso, previa o Kaiser, a paz estaria restabelecida. Esse era o prognóstico generalizado em toda a Europa.

A guerra devia ser curta, como que numa reedição da Guerra Franco-Prussiana de 1870... mas não foi! Pelo contrário, tendeu a se prolongar indefinidamente, transformando-se numa lenta e sanguinária guerra de desgaste, na qual o mundo culto e refinado da *Belle Époque* se viu, de repente, diante da realidade nua e crua da guerra, com o prosaísmo e o horror das trincheiras, o terror da guerra química (gases asfixiantes), a extensão do conflito aos mares do mundo inteiro, o bloqueio marítimo que mutuamente tentaram estabelecer Inglaterra e Alemanha, a intensa atividade dos submarinos, forma traiçoeira de guerra, coexistindo paradoxalmente com a luta dos primeiros pilotos de caça, franceses e alemães, que ainda duelavam nos ares com nobreza, mantendo rituais e gestos da antiga cavalaria medieval<sup>14</sup>... Ao longo de 1915 e 1916 o conflito europeu se caracterizou cada vez mais por ser de resistência e desgaste, dependendo ambos os lados de seu abastecimento por via marítima. Nações neutras como Brasil e os Estados Unidos da América lucraram muito com o comércio de víveres, intensificado durante os dois primeiros anos de guerra, mas foram pouco a pouco envolvidas na dinâmica do conflito e se viram forçadas a tomar posição por um dos lados. Para essa eventualidade, o Brasil se encontrava totalmente despreparado, pois seu Exército e sua Marinha estavam tecnicamente muito defasados.

Em 1917 o Brasil passou da posição de neutralidade para a de beligerância. Até o início desse ano, de modo geral foi respeitada pelos alemães a neutralidade de nações como Estados Unidos e Brasil, que comerciavam com ambas os lados, sem embargo dos bloqueios marítimos mútuos estabelecidos anteriormente. Mas em Fevereiro de 1917 o

<sup>12</sup> Ver, a respeito, Garambone, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, 112p.

<sup>13</sup> Daróz revela, a esse respeito, alguns fatos desconhecidos do público. Por exemplo, o episódio romanesco do comerciante e violinista Fernando Buschman, brasileiro naturalizado que tinha nascido na França, mas era de origem alemã e residia em Londres, onde, de modo um tanto amadorístico, se pôs a enviar informações para a Alemanha. O aprendiz de espião foi rapidamente preso e fuzilado, aos 25 anos de idade, em Outubro de 1915 (op. cit. p. 48-49). Outro fato desconhecido: quando, em 1915, a Itália declarou guerra aos Impérios da Áustria e Alemanha, numerosos jovens brasileiros, argentinos e uruguaios, de origem italiana, se alistaram como voluntários. Mais de 4 mil, entre os quais 800 provenientes de São Paulo, chegaram a seguir viagem para a Itália a fim de somarem esforços aos seus compatriotas (idem, p. 49-51).

<sup>14</sup> Cfr. Chambe, René. *No tempo das carabinas*. Tradução de Augusto Sousa. São Paulo, Flamboyant, 1961, 211 p.; VV.AA., *Les chasseurs du ciel – Première Guerre Mondiale*. “Historia Spécial”, 420 bis. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1981, p. 2-67.

*Kaiser* Guilherme II autorizou a guerra submarina sem restrições, contra quaisquer navios mercantes, de quaisquer bandeiras, que se aproximassem de portos franceses, ingleses ou italianos. Nos dois meses seguintes, 11 navios norte-americanos foram atacados por submarinos alemães, o que levou os Estados Unidos a declararem guerra à Alemanha no dia 6 de Abril. Dois dias antes disso, um navio mercante brasileiro, o Paraná, tinha sido afundado por um submarino alemão nas costas da França. A agressão despertou imediata indignação em todo o Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que tinha origem alemã e era favorável à manutenção da política de neutralidade, foi pressionado a renunciar. No dia 11 de Abril, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Império da Alemanha e no dia 22 de Maio revogou oficialmente sua posição de neutralidade, declarando-se favorável aos Estados Unidos e seus aliados europeus. Mas somente em 26 de Outubro do mesmo ano, depois do torpedeamento de outros navios brasileiros e da intensificação do clamor nacional por uma tomada de atitude enérgica por parte de nosso governo, o Brasil formalmente declarou guerra aos Impérios centrais. Era uma guerra, insisto, para a qual estava completamente despreparado, mas para a qual se viu arrastado. Foram, então, confiscados e incorporados à frota nacional os navios de bandeira alemã que se encontravam ancorados em portos brasileiros. Eram, a essa altura, 42.

Somente no último ano da Guerra, pois, o Brasil oficial se viu nela diretamente envolvido. Nos dois primeiros meses de 1918 não ocorreu mudança decisiva nos acontecimentos, prosseguindo a guerra de trincheiras tal como nos anos anteriores. Mas em Março ocorreram mudanças importantes: os alemães assinaram com os bolchevistas russos o acordo de Brest-Litovsk, pondo fim à guerra na frente oriental, e puderam, assim, lançar suas forças integralmente na frente ocidental, tentando uma nova ofensiva. Esta teria sido fatal, para as tropas francesas e inglesas, se a defecção dos russos não tivesse sido compensada, com imensas vantagens, pela entrada na guerra dos Estados Unidos e, quase simultaneamente, do Brasil e de Portugal<sup>15</sup>. Estavam acabando de chegar, no início de 1918, os primeiros contingentes norte-americanos, de modo que, a partir de Março, os combates retomaram todo o furor dos primeiros tempos da guerra.

A ofensiva germânica na França foi muito violenta, mas não conseguiu chegar, como desejava, a Paris. E em Julho de 1918 foi possível aos Aliados lançar a sua contraofensiva, na qual as tropas norte-americanas desempenharam grande papel e garantiram sucessivas vitórias. A partir daí, os alemães foram cedendo terreno, cada vez mais. Em Setembro, se rendeu a Bulgária, aliada dos Impérios centrais. Em Outubro, foi a vez de a Turquia, outra aliada, igualmente capitular. Por fim, em Novembro desabou de vez a gigantesca e formidável máquina de guerra dos Impérios Centrais. No dia 3 desintegrou-se o Império Austro-Húngaro; no dia 9 uma revolução republicana estourou da Alemanha e provocou, dois dias depois, a fuga inglória do *Kaiser*. Mais dois dias e, a 11, os novos senhores do poder na Alemanha derrotada assinaram o armistício que pôs fim à guerra.

Foi, como disse, somente nessa fase final da guerra que entrou em cena o Brasil. Declarada a guerra, o Brasil imediatamente confiscou e incorporou à frota nacional os 42 navios de bandeira alemã que estavam em portos brasileiros desde o início do conflito. Eram quase todos navios mercantes e foram tomados pelas autoridades brasileiras sem dificuldades. Uma das embarcações alemães, porém, que estava internada no porto de Salvador, era um navio de guerra, a canhoneira a SMS Eber. Sua tripulação já havia

---

<sup>15</sup> De fato, Portugal já estava de certa forma envolvido na Guerra desde o seu início, no Ultramar, e desde Março de 1916 era oficial o estado de guerra contra a Alemanha. Mas somente no dia 4 de Abril de 1917 (dois dias antes de os Estados Unidos declararem guerra à Alemanha) as primeiras tropas portuguesas entraram efetivamente em combate, nas trincheiras das Flandres.

elaborado um plano de afundá-la, para que não passasse para o domínio brasileiro. Quando o contratorpedeiro Piauí se aproximou, a tripulação alemã provocou um incêndio e abriu as comportas, de modo que o navio em pouco tempo afundou na baía. A tripulação, que conseguiu se salvar, foi aprisionada.

Nos meses seguintes, continuaram no Atlântico os ataques de submarinos alemães a embarcações brasileiras. Nos Estados do Sul, em que era mais forte a presença de imigrantes de origem germânica, o governo federal, por recear perturbações da ordem pública e atos de sabotagem, declarou estado de sítio. Foi também elaborado um estudo sigiloso que previa o envio de um grande corpo expedicionário brasileiro para lutar na Europa, mas esse estudo, denominado Plano Calógeras, não chegou a ser posto em prática. Somente muito mais tarde, na década de 1930, foi tornado público.

Uma significativa colaboração do Brasil para o esforço de guerra foi representada pela Missão Médica Militar Brasileira, enviada para a França em Agosto de 1918, sob a chefia do Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, civil comissionado no posto de coronel. Era constituída por 131 homens, entre médicos militares e civis comissionados, acadêmicos de Medicina e auxiliares. Durante a viagem, foi duramente atacada pela Gripe Espanhola, morrendo vários dos seus integrantes e ficando outros internados em um hospital da Argélia francesa. Em Paris, a Missão Médica instalou um hospital militar destinado a socorrer feridos de guerra e, também, a população civil vitimada pela pandemia e prestou excelentes serviços, elogiados unanimemente pelos franceses, nos meses finais da guerra. Mesmo depois de extinta a Missão, com o fim da Guerra, médicos brasileiros continuaram trabalhando no hospital até Novembro de 1919, quando o governo brasileiro fez entrega das instalações do hospital à Faculdade de Medicina de Paris.

Aviadores militares brasileiros também atuaram, nos meses finais da Guerra e mesmo depois do armistício, incorporados à recém-criada Royal Air Force britânica, e ao US Naval Air Service. Também na Itália estiveram aviadores brasileiros em estágio, mas não chegaram a entrar em combate.

Nos últimos dias de 1917 foi constituída no Brasil uma comissão de estudos composta por 24 oficiais brasileiros que, sob o comando do General Napoleão Felipe Aché, deveria partir para a França e se incorporar às operações de guerra, com o objetivo de obter informações e material bélico que pudessem ajudar o Exército brasileiro no seu esforço de atualização, de acordo com a doutrina militar corrente na França, diferente da escola prussiana, que até então tinha sido adotada entre nós. A Missão Aché, como foi chamada, não se limitou ao estudo teórico, mas boa parte de seus membros participaram ativamente de operações de guerra do Exército francês. Alguns chegaram a ser promovidos pelo desempenho corajoso, em combate.

A Marinha de Guerra brasileira desempenhou ativamente seu papel de policiar nosso extenso litoral e emprestou à marinha aliada considerável número de barcos capturados aos alemães em nossos portos. Esses barcos serviram às forças aliadas com tripulação brasileira. Foi também constituída uma Divisão Naval de Operações em Guerra (DNOG) composta por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tênder e um rebocador, com cerca de 1.500 homens, sob o comando do contra-almirante Pedro Max de Frontin. A missão de que foi incumbida era o policiamento da área compreendida entre o Senegal, o Arquipélago de Cabo Verde e o Estreito de Gibraltar, região de importância vital para o abastecimento dos Aliados e infestada por submarinos alemães.

Durante a travessia do Atlântico, já perto do litoral africano a Divisão chegou a ser atacada por um submarino germânico ao qual revidou com tiros de canhão, produzindo,

ao que parece, seu fundamento. A atuação da DNOG foi comprometida, infelizmente, pela irrupção da Gripe Espanhola, que nos primeiros dias de Setembro de 1918 atacou com grande violência a sua tripulação, que ficou muito desfalcada. Mais de 100 tripulantes morreram, 140 outros precisaram ser transportados de volta ao Brasil em estado muito grave, incontáveis outros foram também atingidos pelo morbo, mas conseguiram se recuperar. Perto de dois meses a DNOG precisou ficar imobilizada, na costa senegalesa, esperando a substituição dos tripulantes baixados e a recuperação dos doentes atingidos com menor gravidade. Somente no dia 3 de Novembro pôde partir para a França, aonde chegou a 10, um dia antes de terminado o conflito mundial. Embora não tenha chegado a travar combates prolongados, foi pesado o saldo de perdas humanas que sofreu: dos 1515 homens que a compunham, 156 não retornaram ao Brasil.

No total, a participação brasileira no conflito foi restrita, não ultrapassando dois mil o número de brasileiros diretamente envolvidos. Mesmo assim, ela foi suficiente para que, após o armistício, o Brasil tivesse assento na conferência de paz entre as potências vencedoras, obtendo compensações que do ponto de vista material foram bastante vantajosas. O Brasil foi ressarcido do valor de seus navios afundados pelos submarinos e pôde incorporar definitivamente à sua frota, mediante pagamento meramente simbólico, os navios inimigos que confiscara no ano anterior.

Até aqui consideramos a posição oficial do Brasil, ou seja, a atitude pública que este, representado regularmente por seu governo, tomou no campo diplomático e militar. Esse foi o objeto do estudo meritório do Coronel Daróz, que referi há pouco, e que tive ocasião de resenhar na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”<sup>16</sup>.

Passo a tratar agora de outra dimensão da participação brasileira na Primeira Guerra. Refiro-me ao papel dos brasileiros que individualmente, muito antes da entrada oficial do Brasil na guerra, já nela se haviam incorporado como voluntários, servindo no Exército francês ou no inglês. São algumas dezenas. Os mais ilustres e famosos são, sem dúvida, os Príncipes D. Luiz (1878-1920)<sup>17</sup> e D. Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918), filhos do Marechal Gastão d’Orleans (Conde d’Eu) e da Princesa Isabel, herdeira imediata do Imperador D. Pedro II.

Ambos se incorporaram ao Exército britânico desde o início do conflito, já que a legislação republicana francesa não permitia que servissem no exército francês. No contexto da guerra, prevalecia em toda a França o clima psicológico da “*union sacrée*” em torno da Pátria ameaçada. Todas as antigas desavenças e discórdias políticas e ideológicas foram deixadas de lado. Nesse clima, a República esqueceu seu jacobinismo e aceitou pressurosa a colaboração dos monárquicos – que eram numerosos em todas as classes sociais e estavam dispostos a pagar o velho “*impôt de la sang*” em prol da causa comum – e da Igreja, que poucos anos antes agredira com sua política anticlerical e espoliara<sup>18</sup>. Isso

<sup>16</sup> Santos, A. A. dos. *Resenha do livro ‘O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia’, de Carlos Roberto Carvalho Daróz*. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, v. 100, 2016, p. 214-225.

<sup>17</sup> Santos, A. A. dos. *Um Príncipe brasileiro voluntário na Grande Guerra*. “Debater a História” (Vila Nova de Gaia, Portugal), v. Ano 2 n. 9, p. 40-47, 2015.

<sup>18</sup> “Desde a subida ao poder dos republicanos, medidas antirreligiosas se sucederam quase sem parar. O laicismo se transformara em religião de Estado: a 28 de Março de 1882, uma lei laiciza a escola primária; a 27 de Julho de 1884, outra lei laiciza o casamento e autoriza o divórcio; a 14 de Agosto do mesmo ano, outra lei laiciza os debates parlamentares, suprimindo as orações públicas na reabertura das Câmaras; a 30 de Outubro de 1886, outra lei laiciza o pessoal de ensino, excluindo do direito de ensinar os padres e os membros de Congregações religiosas nas escolas públicas; a 15 de Julho de 1889, outra lei torna obrigatório aos seminaristas o serviço militar nos quartéis, esperando sem dúvida laicizar e estancar as



explica que a própria imprensa republicana, bafejada pelas autoridades, tenha feito grande propaganda do apoio que lhe deram os príncipes e elogiado a presença de capelães militares junto às tropas, com graduação de oficiais do Exército francês.

Quando a mobilização geral foi decretada, os príncipes D. Luiz e D. Antonio, sendo brasileiros, poderiam se ter declarado neutros, sem que ninguém pudesse criticá-los por isso. É verdade que, por linha paterna, eram também príncipes da Casa Real Francesa, mas a legislação republicana não permitia que se incorporassem ao exército francês e nem mesmo exercessem qualquer cargo ou emprego público<sup>19</sup>; não eram eleitores e não podiam ser eleitos; eram, na verdade, cidadãos de segunda classe, sem os direitos que qualquer francês possuía. Nessas condições, seria muito cômodo e mais do que justificável que se abstivessem – como preferiu fazer o seu irmão primogênito, D. Pedro de Alcântara (1875-1940) – mas, por razões de honra e de princípio decidiram lutar como voluntários e efetivamente se alistaram, sem mesmo terem consultado os pais.

D. Antonio ainda era, na data em que rebentou o conflito, oficial do Exército austríaco. Imediatamente pediu demissão de seu posto e, autorizado com muita elegância pelo Imperador Francisco José, recebeu salvo-conduto para se retirar do Império pela fronteira suíça e retornar à França.

O Conde d'Eu, em carta de 26/8/1914 a D. Maria Amanda Paranaguá Dória, Baronesa de Loreto<sup>20</sup>, relata como ocorreu o alistamento de seus filhos:

Senhora Dona Amanda,

... meus filhos Luiz e Antonio logo que souberam da agressão da Alemanha à França foram oferecer-se ao Governo Francês, o Luiz diretamente em visita ao Presidente da República e o Antonio por carta que a Sra. talvez visse publicada nas folhas<sup>21</sup>.

---

*voações eclesiásticas. Por fim, a lei de 1º de Julho de 1901, sobre as Associações, tinha reconhecido a todos os cidadãos o direito de livre associação, mas subordinava as Congregações religiosas a uma lei especial que Combes apresentaria em 1903 e que lhes foi totalmente inaceitável. ... A 7 de Julho de 1904, uma nova lei laicizante proibiu qualquer tipo de ensino aos religiosos, até mesmo em escolas livres. Essa mesma lei concedia um prazo de 10 anos para que as Congregações religiosas dedicadas ao ensino desaparecessem definitivamente. O que ocorreu, entretanto, foi exatamente o contrário, pois 10 anos mais tarde eclodiria a Grande Guerra, que tornou indispensável aquela union sacrée da qual a França tão imprudentemente zombara até então, e fez retornar à França as Congregações refugiadas no estrangeiro!"* (Mgr. Léon Cristiani. *Le Vatican Politique*. Paris: Les Éditions du Centurion, 1957, p. 106-107).

<sup>19</sup> A Lei n. 16.744, de 20 de Junho de 1886, promulgada no "Journal Officiel" da República Francesa, de 23/6/1886, estabelecia: "... art. 4 – Os membros das famílias que reinaram em França não poderão entrar nas forças armadas de terra e de mar, nem exercer qualquer função pública ou mandato eletivo. Assinado: [Presidente] Jules Grévy – Ministro do Interior Sarrien – Ministro da Justiça Demôle."

<sup>20</sup> D. Maria Amanda Paranaguá Dória (1849-1931) era natural da Bahia, filha do Marquês de Paranaguá e esposa do Dr. Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto. Foi educada junto com a Princesa Isabel e, enquanto ambas eram meninas, num acidente, a Princesa feriu involuntariamente a amiguinha. Estavam brincando de plantar uma horta, no jardim do Palácio de São Cristóvão, e a Princesa, num gesto desastrado, vasou com uma ferramenta o olho da companheira. A Baronesa de Loreto usou toda a vida um olho de vidro, confeccionado com tal perfeição que ninguém se dava conta disso. Até à morte, foram as duas amigas inseparáveis. A Baronesa acompanhou a Família Imperial na viagem de exílio e deixou um relato comovedor da travessia do Atlântico a bordo do vapor Alagoas. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui, em seus arquivos, um lote de 80 cartas escritas entre 1912 e 1921 pelo Conde d'Eu à Baronesa de Loreto. São todas manuscritas, num português impecável. Ver, a respeito, Santos, A. A. dos. *Cartas do Conde d'Eu à Baronesa de Loreto*. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", v. 467, p. 219-247, 2015.

<sup>21</sup> A carta de D. Antonio ao presidente Raymond Poincaré, publicada na imprensa francesa, foi traduzida e reproduzida pela Profa. Teresa Maria Malatian em *Dom Luís de Orléans e Bragança, peregrino de impérios* (São Paulo: Alameda, 2010, p. 213): "Após haver retornado, desde o início das hostilidades austro-sérvias, ao regimento de hussardos austro-húngaros no qual eu servia como oficial há doze anos, eu entreguei minha

Achando-se em Boulogne-sur-Seine e nós aqui, não nos consultaram antes de dar esses passos de que só soubemos quando cá nos apareceram no dia 9 do corrente. Mas eu não podia deixar de aprovar esse ato de coragem. O Sr. Poincaré muito atenciosamente disse ao Luiz que sentia não poder admiti-lo no exército francês, por opor-se a isso a legislação vigente e lhe aconselhava procurar um dos exércitos aliados. Foram, pois, para Inglaterra onde o Rei de muito boa vontade os fez autorizar a juntar-se ao Estado Maior do corpo expedicionário inglês em França. De volta de Lourdes, já fardados, seguiram pois para este destino neste domingo 23. O Pedro entendeu não oferecer-se, principalmente creio, por causa do braço que o tolhe algum tanto no serviço ativo. Mas levou os irmãos no seu automóvel ao Quartel General inglês, onde parece que foram muito bem recebidos. ...

O Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança teve uma vida breve, mas intensa e cheia de acontecimentos marcantes. É geralmente considerado como tendo sido o neto mais brilhante e destacado do Imperador D. Pedro II<sup>22</sup>. Tinha 11 anos quando o 15 de Novembro determinou o banimento da Família Imperial, de modo que sua formação foi realizada numa Academia Militar austríaca. Além de militar, destacou-se como intelectual, tendo publicado diversos livros, alguns dos quais premiados e que lhe garantiram considerável prestígio. Entre 1908 e 1914 desenvolveu intensa campanha pela restauração monárquica no Brasil, sobretudo atuando por meio de uma intensa correspondência e divulgando manifestos políticos. A campanha política do jovem príncipe granjeou-lhe simpatias em muitos meios intelectuais e militares e produziu um sentimento de insegurança bastante notório, em alguns círculos políticos da República. O real alcance dessa campanha, apontado por Gilberto Freyre como objeto digno de estudo, ainda está para ser bem avaliado.

Em 1914, quando rebentou a Guerra, D. Luiz estava empenhado na campanha pela restauração monárquica no Brasil. Embora já estivesse casado, fosse pai de três filhos pequenos e não gozasse de boa saúde, julgou seu dever apresentar-se como voluntário, combatendo pelos Aliados contra os Impérios Centrais. Alistou-se no Exército Britânico e serviu ativamente como oficial de ligação, durante o primeiro ano da Guerra. Sua atuação corajosa lhe valeu elogios unânimes de seus superiores e, *post mortem*, foi condecorado pelos governos da França, da Inglaterra e da Bélgica. O inverno rigorosíssimo de 1914-1915, passado nos campos de batalha gelados, lhe produziu uma doença de extrema gravidade – reumatismo ósseo. Afastado da luta ativa e impossibilitado de caminhar, passou os últimos anos de vida lutando contra a enfermidade e tentando recuperar-se, até que a morte o levou em 1920, com 42 anos de idade.

---

*patente a S. M. o Imperador Francisco José, logo que se produziu a agressão alemã contra a França. Ao chegar esta manhã a Paris, minha intenção era de pedir-vos uma audiência. Eu queria, assim como meu irmão e primos, colocar minha espada a serviço da França. Fizeram-me compreender a inutilidade desta iniciativa. Vós não poderíeis, Senhor Presidente, me dar outra resposta que aquela que havíeis dado aos príncipes de minha família que já se apresentaram a vós. No momento de oferecer meus serviços a uma das potências aliadas da França, eu quero, no entanto, uma vez mais, colocar-me à disposição do país que durante longos séculos nossos antepassados serviram com brilho. Se um dia a lei de 1886 for abrogada, a França me verá acorrer logo. Eu espero, enquanto isso, ter a alegria de me bater na mesma frente de batalha que a dos exércitos que ela envia contra o inimigo comum das nações civilizadas da Europa”.*

<sup>22</sup> Que D. Luiz “foi sem dúvida o mais ilustre dos netos do Imperador”, afirma-o Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha, na concisa e bem documentada introdução que redigiu para o *Journal de Guerre – Excertos*, publicado pela “Revista do Livro” (órgão do Instituto Nacional do Livro – Rio de Janeiro, ano V, volume 17, Março de 1960), por ocasião dos 40 anos do falecimento de D. Luiz. E acrescenta: “*Personalidade complexa, ao mesmo tempo intelectual e homem de ação, escritor e sportsman, constituiu o tipo do viajante interessado em tudo que lhe pudesse aumentar a experiência de estudioso de ciências sociais. Provam-no os três livros que publicou, relatando as suas impressões da África, da Índia e da América do Sul, sem falar nas notas ainda inéditas sobre os Estados Unidos, o Extremo Oriente e o Egito*” (vol. cit., p. 139).

Durante os meses de luta efetiva, atuou como oficial de ligação, adido ao Estado Maior comandado pelo General Douglas Haig. Falando perfeitamente o francês e o inglês, garantia a comunicação do Exército inglês com as forças aliadas francesas e belgas e, dominando o idioma alemão, cabia-lhe vez por outra interrogar prisioneiros inimigos e ler e traduzir documentos inimigos capturados. Devia também, num tempo em que os meios de comunicação eram ainda muito precários, ser portador de ordens do Comando para diferentes corpos empenhados no combate. Isso o expunha por vezes a ter que atravessar zonas intensamente bombardeadas, com alto risco de morte. Por outro lado, conhecendo os planos de combate do Estado Maior, podia transmitir ordens muito precisas e adaptadas pontualmente às necessidades de cada corpo de combate.

No período em que combateu, redigiu um diário de guerra do qual somente foram publicados até agora uns poucos extratos<sup>23</sup>. Depois de afastado dos combates, ainda durante sua malograda convalescença, continuou escrevendo e analisando os acontecimentos políticos e militares. Sua correspondência, de muitas centenas de cartas, disponível em diversos arquivos, foi examinada minuciosamente por mim, e permite aquilatar o pensamento do Príncipe sobre a Guerra, não somente do ponto de vista militar e político, mas também suas repercussões na esfera individual de sua existência. Sem embargo de ter permanecido sempre militar íntegro, até a medula dos ossos e nunca ter manifestado o menor sinal de arrependimento por se ter engajado como voluntário, a brutalidade e a inutilidade da prolongada luta o levaram a uma reflexão crítica sobre as causas e as consequências do conflito. Sua antevisão do que seria o trágico mundo do pós-guerra impressiona pela lucidez e clarividência.

Entre fins de 1908, quando seu irmão primogênito renunciou aos seus eventuais direitos sucessórios à coroa do Brasil, até meados de 1914, quando teve início a Grande Guerra, tinha desenvolvido uma ação propagandística muito intensa, no Brasil. Foi essa a fase de sua máxima irradiação política. O que veio depois foi uma triste pós-história, um crepúsculo, o declinar de uma existência. Em resumo: em Agosto de 1914 rebentou a Guerra. D. Luiz, sentindo-se obrigado, pelo senso do dever e pelos laços do sangue, a acorrer em defesa das nações aliadas – sem embargo de sua passada filiação ao exército austríaco e de sua intensa admiração pelo império germânico – alista-se no exército inglês e participa ativamente da fase inicial da guerra. Sua saúde, que nunca fora boa, ressentiu-se fortemente do frio e da umidade do rigoroso inverno de 1914-15, que suportou na ativa, como oficial de ligação, nos campos de batalha. Depois de alguns meses de atividade, a contragosto precisou se afastar da linha de combate a 15 de Junho de 1915, atingido por grave doença que mais tarde se configurou como reumatismo ósseo e o reduziu à semiparalisia. Já em 22 de Março anterior precisara interromper, devido ao agravamento de seu estado, o diário de guerra que até então conseguira redigir em meio aos combates e forçados deslocamentos. Os anos que se seguiram foram uma prolongada agonia que se estendeu até 26 de Março de 1920, quando faleceu aos 42 anos de idade.

---

<sup>23</sup> *Journal de Guerre - Excertos* (separata da "Revista do Livro" nº 17, Rio de Janeiro, Março de 1960). A narrativa que D. Luiz faz em seu diário de guerra é longa e pormenorizada, repleta de episódios interessantes e até mesmo anedóticos, mas quase não fala de si. A boa educação não permitia que louvasse sua própria atuação. Algum analista superficial poderia supor que se tratava de fingida humildade, apenas para "fazer bonito" num texto destinado à publicidade. No entanto, até mesmo em suas cartas íntimas, ao pai, é extremamente reservado em falar dos seus feitos militares. "*Laus in ore proprio vilescit*" – o louvor na própria boca é algo que avilta, ensinava-se. O relato feito por D. Luiz é muito vivo, mas quase não dá a ideia de que ele estava lá, vivendo aqueles acontecimentos, lutando e correndo, ele também, grande risco. Só muito depois, o relato de outros companheiros de armas permitiu completar essa enorme – e elegantíssima – lacuna do *Journal de Guerre*.

Sua vida aventurosa e de certo modo romanesca deu margem a que sobre ele se estabelecesse uma espécie de lenda, e que em sua pessoa nutrissem esperanças de uma restauração monárquica os remanescentes e saudosistas do império brasileiro. A tentativa frustrada de desembarque no Rio de Janeiro em 1907, em plena vigência da Lei do Banimento, que proibia aos membros da Família Imperial o retorno ao Brasil, atraiu sobre sua pessoa as atenções do país inteiro. Seus manifestos políticos e seu empenho em atuar no Brasil, com vistas à arregimentação de um Partido Monarquista que, sob sua orientação, trabalhasse para a restauração do antigo regime, bem como os diversos livros que escreveu<sup>24</sup>, relatando suas viagens por várias partes do mundo – dentre os quais o mais conhecido e importante é *Sob o Cruzeiro do Sul* – fizeram com que fosse sempre considerado – até mesmo em meios não monárquicos – um príncipe intelectual, de espírito aberto e arejado, compreendendo as necessidades dos novos tempos e propondo, de seu lado, uma visão mais atualizada de monarquia.

Impressionou profundamente a numerosas pessoas que com ele trataram e parecem ter sido rendidas por uma espécie de encanto que irradiava de sua personalidade. Entre outros, podemos citar Oliveira Lima, Martim Francisco de Andrada (conhecido como Martim Francisco III), o Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa e Euclides da Cunha, sem falar no rei Alberto I, dos Belgas, que considerava seu primo brasileiro “*homem como poucos, príncipe como nenhum*”. Foi com o epíteto de “Príncipe Perfeito” que ficou sendo conhecido. Ao que parece, foi Martim Francisco que assim começou a chamar-lhe.

É digno de nota que somente a 3 de Setembro de 1920, alguns meses após sua morte, o Presidente Epitácio Pessoa tenha revogado incondicionalmente o decreto de banimento da Família Imperial ex-reinante, permitindo o retorno ao Brasil dos descendentes de D. Pedro II. Em outras palavras, morto D. Luiz, a República sentia-se mais segura<sup>25</sup>.

A atitude de D. Luiz, apresentando-se como voluntário e comprometendo sua saúde e a causa política brasileira à qual se dedicava com todas as forças, foi e até hoje continua sendo criticada em certos ambientes monárquicos brasileiros. De fato, a causa monárquica brasileira sofreu, com seu desaparecimento prematuro, um rude golpe. Muitos anos decorreram até que as circunstâncias lhe permitissem retornar expressivamente à vida pública brasileira. Os cinco anos que ainda viveu, depois de afastado das operações militares foram um lento e prolongado calvário, que suportou com ânimo e nobreza. Não encontramos, em sua avultada correspondência desses anos, o menor sinal de que tenha alguma vez lamentado o passo que deu em Agosto de 1914. Nunca se questionou a esse respeito.

Igualmente seu pai, o Conde d’Eu, que tanto se empenhara na educação daquele filho brilhante, no qual depositava tantas esperanças, nunca lamentou nem questionou a decisão que ele, individualmente e sem consultar os pais, tomara naquele Agosto fatídico de 1914.

---

<sup>24</sup> Os dois primeiros livros de D. Luiz, *Dans les Alpes* (Paris: Plon, 1900) e *Tour d’Afrique* (Paris: Plon, 1902), lhe valeram sua eleição para sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O livro *A travers l’Indo-Kush* (Paris: G. Beauchesne, 1906), que publicou a seguir, recebeu o prêmio Malte-Brun, da Societé de Géographie de France e da Academia Francesa. Mas, sem dúvida, sua obra mais conhecida e divulgada foi *Sous la Croix-du-Sud* (Paris: Plon, 1912), cuja tradução para o português (feita pelo próprio autor com a colaboração do Dr. Simplício de Mello Resende) foi lançada em 1913, com o título *Sob o Cruzeiro do Sul* (Montreux: Societé de L’Imp. & Lith. de Montreux, 1913).

<sup>25</sup> Cfr. Santos, A. A. dos. *Parlamentarismo, sim, mas à brasileira....* São Paulo: Artpress, 1992, p. 306-307.

Por quê? Porque essa decisão correspondia a um dever. E dever não se discute. Cumpre-se. Nos primeiros dias da Guerra, o Rei Alberto, primo e amigo de D. Luiz, poderia ter evitado a destruição maciça da Bélgica. Bastaria ter feito uma resistência somente *pro forma* ao avanço alemão. Mas preferiu agir com honra, chamando a si a responsabilidade de comandar a heroica e impossível resistência do seu pequeno exército contra a potência militar prussiana. Quando, poucas semanas depois, Anvers caiu em poder dos invasores, a Bélgica não era senão um amontado de ruínas. Nessa altura, comentou D. Luiz a respeito de seu primo belga:

Que vai acontecer agora com o infeliz Rei? Há que ter uma alma de boa têmpera para resistir, sem desfalecimentos, a uma catástrofe dessas. Há que possuir, sobretudo, uma maravilhosa e inabalável ideia do dever, para não se lamentar de ter lançado seu país numa aventura, por certo heroica, mas que aos espíritos rasteiros podia parecer verdadeira loucura (*Journal de Guerre*, 10/10/1914).

Tudo estava perdido para o Rei Alberto... menos a honra. *Mutatis mutandis*, o mesmo se pode dizer de D. Luiz. Ele poderia facilmente ter-se escusado de lutar na Guerra. Poderia ter comodamente procedido como seu irmão mais velho, que optou por não se alistar. Tinha todas as razões para isso. Já era casado, tinha 36 anos, era pai de três filhos pequenos, não tinha boa saúde. Ademais, era brasileiro, e o Brasil se declarara neutro no conflito. Que dever de lealdade poderia prender um príncipe brasileiro e herdeiro dos direitos dinásticos à coroa do Brasil, à República francesa? Na verdade, D. Luiz agiu como o Rei Alberto. Foi, como ele, movido por “*uma maravilhosa e inabalável ideia do dever*”. Como o primo, lançou-se decididamente “*numa aventura, por certo heroica, mas que aos espíritos rasteiros podia parecer verdadeira loucura*”. E, também como Alberto, nunca lamentou ter assim procedido. Ambos tinham “*alma de boa têmpera*”.

D. Luiz e Alberto, além de primos, eram verdadeiramente amigos e nutriam, um pelo outro, profunda admiração. A atitude heroica de Alberto, cognominado “*le roi chevalier*”, tomando pessoalmente o comando do seu pequeno exército e lutando com grande valor contra um inimigo muito mais poderoso e bem aparelhado que, contra todo o Direito internacional, lhe invadira o território, foi, na verdade, admirável. Seu povo o idolatrava. Há, na correspondência de D. Luiz, contínuas referências elogiosas ao monarca belga, assim como registra visitas que, durante a guerra, lhe fazia, nas quais, nos breves intervalos dos assuntos militares, tratavam, entre outras coisas, questões de família e assuntos genealógicos. Quanto ao Rei, igualmente admirava seu primo brasileiro, considerando-o, de acordo com a frase há pouco recordada, “*homem como poucos, príncipe como nenhum*”.

Um documento oficial da República francesa deve ter sua tradução aqui transcrita. Trata-se de ofício dirigido ao Conde d’Eu pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexandre Millerand, em papel timbrado de seu Ministério:

Paris, 6 de Agosto de 1920

*Monseigneur,*

O Sr. Presidente da República houve por bem conferir a título póstumo, por proposição minha, a Cruz de Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra ao Príncipe Luiz de Orleans e Bragança, Oficial no Exército Britânico, falecido após ter consagrado todas as suas forças à causa dos Aliados, em defesa da França invadida. De seu lado, meu colega o Sr. Ministro da Guerra, acaba de citar vosso filho na Ordem do Exército.

Tenho a honra de aqui encaminhar a Vossa Alteza Real, juntamente com o texto da citação, as insígnias dessas duas distinções, que serão a vossos olhos o testemunho de que vosso filho Luiz era digno em todos os pontos de seu irmão mais novo, o Príncipe Antonio, também morto pela França.

Queira aceitar, *Monseigneur*, a afirmação de minha elevada consideração,

a) A. Millerand.

Monseigneur le Comte d'Eu.

Não deixa de ser surpreendente que, num documento oficial da República francesa, o Conde d'Eu tenha sido tratado como *Monseigneur* e Alteza Real, precisamente como o seria se estivesse a França em regime monárquico.

Lembremos agora a figura de D. Antonio de Orleans e Bragança, o mais jovem dos filhos do Conde d'Eu e da Princesa Isabel. Tinha 33 anos e era solteiro quando se inscreveu como voluntário, no Exército inglês, no qual serviu durante algum tempo, antes de passar a servir nas tropas canadenses, como oficial de ligação e oficial de inteligência.

D. Antonio foi capitão do Regimento Royal Canadian Dragoons. Recebeu a “Military Cross” britânica e, postumamente, a “Croix de Guerre” francesa, porque citado, em 14 de Novembro de 1919, em Ordem do Exército Francês.

Dois documentos atestam seu valor militar. Inicialmente, a citação que foi lida no ato em que recebeu a “Military Cross” britânica, a 13 de Junho de 1917:

Durante os cinco dias que precederam a operação de 26 e 27 de Maio, na qualidade de *Intelligence Officer*, observou a pequena distância as posições inimigas; finalmente, a 25 de Maio, avançou em pleno dia, arrastando-se por uma encosta abaixo até certo ponto situado a menos de 360 metros dessas posições. Avistado pelo inimigo e exposto a fogo contínuo de infantaria e de artilharia, prosseguiu apesar disso sua observação, determinando com a Maior precisão, como os fatos mais tarde demonstraram, a posição de cada um dos quatro postos avançados do inimigo, e contribuindo consideravelmente para o bom êxito da operação<sup>26</sup>.

A seguir, trecho de uma carta datada de 19/4/1918, enviada ao Conde d'Eu pelo General J. E. Seely, Comandante da Brigada de Cavalaria Canadense, sob cujas ordens D. Antonio serviu:

A 30 de Março, por ocasião da tomada do bosque de Moreuil, a intervenção dos meus bravos Canadenses, que carregaram e derrotaram forças muito superiores em número, contribuiu grandemente para mudar o resultado da jornada. Nessa conjuntura, vosso filho prestou relevantes serviços e em circunstâncias tais que ninguém poderia ter cumprido essa missão tão bem como ele. Tratava-se com efeito de manter estreita ligação com a Brigada Francesa à nossa direita. Três vezes, debaixo dum fogo dos mais violentos, vosso filho fez a galope o trajeto dum posto de comando a outro, assegurando com o melhor resultado a cooperação das duas brigadas<sup>27</sup>.

D. Antonio morreu poucos dias após o término do conflito, ainda incorporado ao Exército canadense, em consequência de um desastre de aviação. O avião em que voava da

<sup>26</sup> Apud Cascudo, Luiz da Câmara. *O Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 162.

<sup>27</sup> Idem, p. 163 – tradução minha.

França para Londres caiu, já em território inglês, na cidade de Edmonton. Tirado agonizante dos destroços do aparelho, ouviram-no rezar, como relata Câmara Cascudo, o *Pai-Nosso* em latim e, levado para o hospital militar de Edmonton, ali faleceu, com 37 anos de idade, depois de receber os Sacramentos da Igreja Católica<sup>28</sup>.

Além dos dois príncipes que recordei, muitos outros brasileiros também lutaram nessa guerra, como voluntários e antes de o Brasil ter, já na fase final dela, declarado guerra à Alemanha. Alguns deles são nominalmente citados pelo Conde d'Eu numa carta que escreveu, a 20 de Dezembro de 1917, à Baronesa de Loreto:

– Temos que agradecer-lhe muito e muito as excelentes caixinhas de goiabada e latas de outros doces dos Poços de Caldas que nos enviou, do Campo de Valbonne-Aise, o valente voluntário Lagarde Franklin Benjamin. Ele encontrou aí outro brasileiro, Miguel Pinto da Silva, e ambos nos escreveram.

– Segundo menciona o periódico “Le Brésil”, sobe a mais de 40 o número deles nas fileiras francesas, sendo dois ou três infelizmente já mortos ou inutilizados, inclusive um Octavio Dantas.

Chegou a Capitão e condecorado, além do Cândido [Tôrres Guimarães], o Christiano Klingelhoefer, que às vezes temos o prazer de ver aqui. Na secção em que está o Jean [de Barral] há dois; um Antonio Gelasio, creio que da Bahia, que às vezes escreve ao Luiz, e um Nery, creio que de família do Amazonas.

Merece, entre esses brasileiros, especial menção o Coronel Cândido Tôres Guimarães (+ 1949), que foi amigo íntimo e homem de confiança do Príncipe D. Luiz. Quando este, tornado herdeiro dinástico imediato dos direitos sucessórios à Coroa brasileira pela renúncia de seu irmão mais velho, assumiu a direção do movimento monarquista no Brasil e formulou um amplo projeto para a atualização das Forças Armadas brasileiras, seu braço direito foi Cândido Tôres Guimarães.

Sendo filho de um diplomata brasileiro, Cândido passara boa parte da vida na Europa e fizera sua formação militar na França, nas Academias de Saint-Cyr e Saumur. Estava no Brasil, hospedado na fazenda de seu amigo e correligionário político Amador da Cunha Bueno, quando rebentou a Guerra. Dirigiu-se imediatamente para a Europa, no primeiro vapor disponível, o qual se destinava a Londres; ali mesmo quis alistar-se como voluntário na Legião Estrangeira da França, mas, devido a sua formação militar superior, foi incorporado ao Exército francês como 2º Tenente, chegando, no final da Guerra, ao posto de Coronel. Foi ferido em combate, por uma bala que penetrou no ventre e se alojou perto do coração; os recursos limitados da Medicina, na época, não permitiram extraí-la; permaneceu com essa bala até morrer, exercendo sem problemas os atos comuns da vida civil, mas não podendo praticar esportes ou fazer esforço físico mais pesado, para que a bala não se movesse dentro do corpo. Certa ocasião, teve que atravessar uma extensa área atingida por bombas de gás alemão, em consequência do que precisou fazer um prolongado tratamento de desintoxicação, na Suíça. Foi diversas vezes condecorado e citado em Ordem do Exército francês. No Brasil, foi incorporado ao Exército com o posto de Tenente-Coronel da Reserva<sup>29</sup>. Depois da morte de D. Luiz, continuou a amizade com sua

<sup>28</sup> Idem, p. 146-147.

<sup>29</sup> “DECRETO Nº 4.762, DE 12 DE Dezembro DE 1923: Autoriza o Governo a incluir Candido Torres Guimarães na 2ª classe da reserva do Exército de 1ª Linha, com o posto de tenente-coronel. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Artigo unico. Fica o Governo autorizado a incluir o cidadão brasileiro Candido Torres Guimarães, com o posto de tenente-coronel, na 2ª classe da reserva do Exército de 1ª Linha; revogadas as

viúva e com os filhos do falecido. O Coronel Candido Tôrres Guimarães era afilhado de Crisma do Conde d'Eu; e sua filha D. Maria Pia Tôrres Guimarães, nascida depois da morte de D. Luiz, foi afilhada de Batismo da Princesa D. Maria Pia, viúva de D. Luiz<sup>30</sup>.

Concluo esta já longa exposição, afirmando minha convicção de que o exemplo desses valorosos brasileiros que se apresentaram como voluntários e serviram no exército francês merece ser resgatado do esquecimento, sobretudo num momento de intensa crise de valores, como o atualmente vivido pelo Brasil.

---

*disposições em contrario. Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica. ARTHUR DA SILVA BERNARDES. Alexandrino Faria de Alencar”.*

<sup>30</sup> A D. Maria Pia Tôrres Guimarães se devem as informações biográficas de seu pai, aqui incluídas.